

A União

DEPARTAMENTO DE PUBLICIDADE

DIVISÃO DE IMPRENSA OFICIAL

Ano LIV — N.º 92

João Pessoa — Paraíba

Quinta-feira, 25 de abril de 1946

ADMINISTRAÇÃO DO EXMO. SR. INTERVENTOR ODON BEZERRA CAVALCANTI

ÁTOS DO GOVERNO DO ESTADO

EXPEDIENTE DO INTER. Definição dada à lista das... DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO

EXPEDIENTE

A materia constante do expediente do Governo, das Secretarias de Estado e das Repartições publicas deverá ser endereçada á redação da A UNIÃO.

Os avisos e editais, balançetes dos bancos e os anuncios constituem materia a ser entregue á Gerencia, para o respectivo contrato de publicidade.

As repartições publicas deverão remeter o expediente até ás 17,30 e, aos sábados, até ás 14 horas.

Os originais deverão ser autenticados. As rasuras e emendas deverão vir, sempre, ressaltadas por quem de direito. Os originais devem ser datilografados, evitando-se escrever no verso.

A materia paga terá seu recebimento das 11,30 ás 17,30, e aos sábados, das 8 ás 12 horas.

As reclamações, consta-

De Israel Meira Lima, extranumerário contratado, requerendo no mesmo sentido. — Igual despacho.

De Sebastião Alves Campos, Guarda classe B, requerendo no mesmo sentido. — Submeta-se á inspeção médica no Posto de Higiene de Cabedelo.

De José Nogueira Pereira, extranumerário contratado, requerendo no mesmo sentido. — Submeta-se á inspeção médica no Pos-

to de Higiene de Campina Grande.

De Carmen Gomes Meira, Professor classe B, requerendo no mesmo sentido. — Submeta-se á inspeção médica no Posto de Higiene de Cajazeiras.

De Maria de Lourdes Torres Sidrônio, Professor classe B, requerendo licença de acôrdo com o art. 163 do E. F. — Submeta-se á inspeção médica no Posto de Higiene de Esperança.

SECRETARIA DO INTERIOR E SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DA POLICIA CIVIL
EXPEDIENTE DO CHEFE DE POLICIA DO DIA 23.

Petições:

De Hely Jorge de Carvalho, solicitando folha corrida. — Despacho: Certifique-se o que constar.

De Antonio Albino de Souza. — Despacho: Deferido.

De Francisco Freire de Figueirêdo. — Despacho: Deferido.

De Severino Firmino Alves. — Despacho: Deferido.

De João Pedro de Andrade. — Despacho: Deferido.

De Severino Pereira da Silva. — Despacho: Deferido.

De Claudino Patricio Pereira. — Despacho: Deferido.

De Manuel Guilhermino de Souza. — Despacho: Deferido.

De Severino Gois de Albuquerque. — Despacho: Indeferido.

De Saturnino Borges da Silva. — Despacho: Indeferido.

De Severino Campelo da Fonsêca. — Despacho: Indeferido.

DEPARTAMENTO DE PUBLICIDADE

Convida-se a comparecer ao Departamento de Publicidade, no expediente de 13 ás 17 horas, o sr. Renato Lemos Diniz, para tratar de assuntos do seu particular interesse.

A UNIÃO

DEPARTAMENTO DE PUBLICIDADE

Redação e Oficinas:
Rua Duque de Caxias S/N.

Diretor Geral — JOSÉ DE CERQUEIRA ROCHA

DIVISÃO DE IMPRENSA OFICIAL

Secretário — WILSON MADRUGA
Gerente — MARDOKEO NACRE

O único cobrador autorizado deste jornal, no interior do Estado, é o sr. Silvano Rocha.

Tabela de assinaturas e publicidade
ASSINATURAS PUBLICIDADE

	Cr\$.		Cr\$.
Ano	60,00	1 pagina, por vez .	400,00
Semestre	40,00	½ pagina, por vez .	200,00
Numero avulso . . .	0,20	¼ de pagina, por vez	100,00
Numero atrasado . .	0,40	Centimetro de coluna	4,00
A assinatura para os funcionarios publicos terá o abatimento de 40%.		Editais, por centimetro de coluna . . .	2,40

tada a existência de erros ou omissões pertinentes á materia divulgada, deverão ser formuladas á Redação da UNIÃO, das 14 ás 17,30 e, aos sábados, das 8 ás 12 horas.

As assinaturas podem ser tomadas em qualquer época do ano, por semestre ou ano, terminando no ultimo dia do mês em que vence-

rem. As repartições publicas se cingirão ás assinaturas anuais, renovadas pelo órgão competente, até 31 de dezembro.

Os cheques ou vales postais deverão ser emitidos em favor do Tesoureiro da A UNIÃO.

Para quaisquer informações sobre materia de serviço, poderá ser utilizado o seguinte telefone:

Diretoria — 1211

Endereço telegrafico IMPRENSOF.

EXPEDIENTE DO CHEFE DE POLICIA DO DIA 24:
Portarias:

O Chefe de Policia do Estado, no uso de suas atribuições e de acôrdo com o artigo 7.º, do decreto-lei n.º 478, de 1.º de outubro do ano de 1943, resolve nomear o cabo da Força Policial do Estado, Francisco Roberto para exercer o cargo de 1.º suplente de sub-delegado de Policia do distrito de Sucurú, municipio de São João do Cariri.

O Chefe de Policia do Estado, no uso de suas atribuições e de acôrdo com o artigo 7.º, do decreto-lei n.º 478, de 1.º de outubro do ano de 1943, resolve exonerar o cabo da Força Policial do Estado, Fernando Machado do Amaral do cargo de 1.º suplente de sub-delegado de Policia do distrito de Sucurú, municipio de São João do Cariri.

O Chefe de Policia do Estado, no uso de suas atribuições e de acôrdo com o artigo 7.º, do decreto-lei n.º 478, de 1.º de outubro do ano de 1943, resolve nomear o cabo da Força Policial do Estado, Fernando Machado do Amaral para exercer o cargo de 1.º suplente de sub-delegado de Policia do distrito de Aredecó, municipio de São João do Cariri.

O Chefe de Policia do Estado, no uso de suas atribuições e de acôrdo

com o artigo 7.º, do decreto-lei n.º 478, de 1.º de outubro do ano de 1943, resolve exonerar o cabo da Força Policial do Estado, Francisco Roberto do cargo de 1.º suplente de sub-delegado de Policia do distrito de Aredecó, municipio de São João do Cariri.

INSTITUTO MEDICO LEGAL
EXPEDIENTE DO DIRETOR DO DIA 24:

Petições despachadas.

De Francisco Raimundo Soares Bezerra, agricultor, residente á av. Desembargador Bôto de Menezes, n.º 717, requerendo uma carteira de identidade. — Despacho: Como requer.

De Severino Luiz Maciel, ajudante de maquinista, residente á av. Xavier Junior, n.º 180, no mesmo sentido. — Igual despacho.

De José Bertoldo Gomes, ajudante de pedreiro, residente á av. Feliciano Dourado, n.º 222, em igual sentido. — Igual despacho.

Exame pericial:

Solicitado pela Delegacia Especial de Investigações e Capturas desta Capital, foi submetido a exame pericial o paciente Adelio Bezerra da Silva, residente no lugar Salgado, de São Felix, do municipio de Taboiana, vitima de ferimentos graves no dia 23 de dezembro do ano p. findo em Cruz das Armas, pelo indviduo Berto de Tal.

DEPARTAMENTO DE PUBLICIDADE**DIVISÃO DE RADIO DIFUSÃO****RADIO TABAJARA DA PARAIBA**

Frequência 1.110.
Programa para hoje:
09.00 — Característica.
09.05 — Manhã de ritmos com gravações selecionadas.
10.00 — Melodias portenhas.
11.00 — Musicas brasileiras e da terra do Tio Sam.
11.45 — Radio panorama com noticias da Paraíba e do país.
12.00 — Noticiário internacional.
12.07 — Rumbas, congas e rancheiras.
12.30 — Retransmissão da B. B. C. de Londres.
12.45 — Carlos Galhardo e seus sucessos.
13.00 — Boa tarde — Intervalo.
17.00 — O Boa tarde sonoro com gravações selecionadas.
18.00 — Ave Maria.
Programa de estudio:
18.05 — Conjunto tipico, de Paulino Galvão.
18.25 — Notas do Palácio da Redenção.
18.30 — Milton Borba

e Bete Araujo com regional e piano.
19.00 — Noticiário internacional.
19.05 — Inglês pelo rádio — Retransmissão da B. B. C. de Londres.
19.15 — Nelson Santana em solos de acordeão.
19.25 — Boletim esporádico.
19.30 — Retransmissão do noticiário radiofônico do D. N. I.
20.00 — Antonio Siquiera e Judite Pessoa com piano e regional.
20.30 — Orquestra Tabajara, de Bolivar Duarte.
21.00 — Jornal Internacional Sanhaú.
21.07 — Gravações — (Complemento).
21.15 — Comentário de dia — Retransmissão da B. B. C. de Londres.
21.30 — Jornal Oficial do Estado.
21.35 — Solos de violino a cargo de Paulino Galvão.
21.50 — José Paulo com orquestra.
22.05 — Melodias selecionadas com o prof. Milton Dantas em solos de violão.
22.30 — Boa noite — Característica.

SECRETARIA DAS FINANÇAS**CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

6.^a sessão ordinária, em 24 de abril de 1946.

Presidente — Severino Candido Marinho.

Compareceram os senhores dr. Luiz Galvão, F. Guimarães Nóbrega e Lindolfo Carvalho. A' Secretaria, o senhor Otávio Marinho Trigueiro.

Aberta a sessão, às 15 horas, foi lida e aprovada a ata da sessão anterior. Deram-se, em seguida, as ocorrências abaixo:

Assinatura de acordão — Proc. n.º 4.052/46, de Guarabira. Relator dr. Luiz Galvão. Recorrente a C. E. Recorrido João Irineu de França. — Foi assinado o respectivo acordão.

Julgamentos — Proc. n.º 1.893/45, de Alagôa Nova. Relator sr. F. Guimarães Nóbrega. Recorrente Josias da Silva Pinto. Recorrido a Coletoria Estadual. — Deu-se provimen-

to ao recurso, unanimemente.

Proc. n.º 1.108/46, da Capital, Recorrentes Abath & Cia. Recorrida a Recebedoria de João Pessoa. Relator sr. Lindolfo Carvalho. — Por desempate, negou-se provimento ao recurso, para cofirmar-se a decisão recorrida. Designado para lavrar o acordão o cons. F. Guimarães Nóbrega.

Proc. 8.484, de Sapé. Recorrentes Nicolau da Costa e outros. Recorrida a Coletoria Estadual. Relator o sr. F. Guimarães Nóbrega. — Adiado o julgamento a requerimento do sr. Severino Candido Marinho, que pediu vista do processo.

Encerrou-se a sessão às 16 horas.

RECEBEDORIA DE JOÃO PESSOA**EXPEDIENTE DO DIRETOR DO DIA 24:**

Petições:
De Honorato, Macedo &

Cia. — Deferido. A' S. P. A.

De João Montelro. —

Defiro o pedido nos termos do parecer. A' S. P. A.
De L. Lemos. — Igual despacho.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO****EXPEDIENTE DO DIRETOR DO DIA 24:****Portarias:**

O Diretor do Departamento de Educação, no uso das atribuições que a lei lhe confere, resolve designar Joana Rodrigues dos Santos, professora padrão A, servindo na escola rudimentar mista "Clarindo Gouveia", para ter exercício na escola de igual categoria de "Prado", ambas do município de Patos.

Reproduzido por ter saído com incorreção.

O Diretor do Departamento de Educação, no uso das atribuições que a lei lhe confere, resolve designar Auda Pinto de Aguiar, professora-diretora padrão E, para ter exercício no Grupo Escolar "S. Antonio", da cidade de Campina Grande, subvencionado pelo Governo do Estado.

Reproduzido por ter saído com incorreção.

O Diretor do Departamento de Educação, no uso das atribuições que a lei lhe confere, resolve designar Jeesabel de Oliveira Santos, professora contratada, servindo na escola rudimentar mista da Usina "São João", para ter exercício na escola de igual categoria, de Bayeux, ambas do município de Santa Rita.

O Diretor do Departamento de Educação, no uso das atribuições que a lei lhe confere, resolve designar Corina Isabel de Paiva, professora classe B, servindo na escola elementar mista "Coronel Luiz Inácio", para ter exercício no Grupo Escolar "Isabel Maria das Neves", ambos desta Capital.

O Diretor do Departamento de Educação, no uso das atribuições que a lei lhe confere, resolve designar Ana Queiroga Cavalcanti, professora padrão A, servindo na escola primária mista de Barra de Capoeiras, para prestar serviços na escola rudimentar mista de Belo Horizonte, am-

bas do município de Cajazeiras.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE**EXPEDIENTE DO DIRETOR GERAL DO DIA 22:****Petições:**

N.º 1656 — De Francisco Padilha. — Deferido.

N.º 1722 — De José Regis de Albuquerque. — Deferido.

EXPEDIENTE DO DIRETOR GERAL DO DIA 23:**Portarias:**

O Diretor Geral do Departamento de Saúde, no uso de suas atribuições, resolve designar d. Josefa Leandro da Silva, extranumerário contratado para, no Hospital "Clementino Fraga", exercer as funções de "Atendente", mediante os salários de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros mensais, a partir de 23-4-46).

O Diretor Geral do Departamento de Saúde, no uso de suas atribuições, resolve designar d. Elvira Lima, extranumerário diarista para, no Hospital "Clementino Fraga", exercer as funções de Servente, mediante os salários de Cr\$ 6,00 (seis cruzeiros), a partir de 1-2-46.

O Diretor Geral do Departamento de Saúde, no uso de suas atribuições, resolve designar d. Maria Antonia da Silva, extranumerário diarista para, no Hospital "Clementino Fraga", exercer as funções de Lavadeira, mediante os salários de Cr\$ 6,00 (seis cruzeiros), a partir de 1-2-46.

O Diretor Geral do Departamento de Saúde, no uso de suas atribuições, resolve designar Geni Dutra, extranumerário diarista para, no Hospital "Clementino Fraga", exercer as funções de Copeira, mediante os salários de Cr\$ 6,00 (seis cruzeiros), a partir de 1-2-46.

O Diretor Geral do Departamento de Saúde, no uso de suas atribuições, resolve designar d. Luiza

Procópio de Souza, extranumerário diarista para, no Hospital "Clementino Fraga", exercer as funções de Servente, mediante os salários de Cr\$ 6,00 (seis cruzeiros), a partir de 1-2-46.

O Diretor Geral do Departamento de Saúde, no uso de suas atribuições, resolve designar Francisco Alves de Andrade, extranumerário diarista para, no Posto de Higiene de Guarabira, exercer as funções de Servente, mediante os salários de Cr\$ 10,80 (dez cruzeiros e oitenta centavos), a partir de 23-4-46.

O Diretor Geral do Departamento de Saúde, no uso de suas atribuições, resolve designar João Faustino dos Santos, extranumerário diarista para, no Almoxarifado, exercer as funções de Servente, mediante os salários de Cr\$ 10,80 (dez cruzeiros e oitenta centavos), a partir de 23-4-46.

O Diretor Geral do Departamento de Saúde, no uso de suas atribuições, resolve designar Roldão Paulo de Oliveira, extranumerário contratado para, no Posto de Higiene de

Pombal, exercer as funções de Guarda Sanitário, mediante os salários de Cr\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta cruzeiros) mensais, a partir de 21-4-46.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

EXPEDIENTE DO SECRETÁRIO DO DIA 24:

Processo SA-1.522/46 — Requerimento de moradores á avenida Camilo de Holanda, solicitando providências no sentido de ser instalado um distribuidor d'agua de 4". — Despacho: Indeferido. Os requerentes devem aguardar oportunidade nos termos do pare-

cer do Diretor da Repartição de Saneamento de João Pessoa.

Processo SA-1.536/46 — Petição de Luiz Soares de Araújo, requerendo indenização de 118,60 metros de cano de 3 1/4" postos no ramal do cruzamento das ruas Antenor Navarro e João Suassuna. — Despacho: Indeferido, nos termos da informação.

DIÁRIO DOS MUNICÍPIOS

PREFEITURA DE JOÃO PESSOA

EXPEDIENTE DO DIA 24 DE ABRIL DE 1946:

Petições:

N.ºs. 2258 de Antonio Calixta da Silva, 2252 de João Marcedino, 2269 de Artur Herculanio, 2272 de Josefa Gomes da Silva,

2408 de Bertoldo Inácio Gomes, 2396 de José Targino, 2330 de Clodovilda da Silva, 2362 de João Sergio de Macena, 2300 de Paulo V. Silva, 2326 de Francisco Martins da Silva, — DEFERIDO.

N.ºs. 2369 de José Olimpio de

Souza, 2317 de Francisco Luiz da Silva, 2328 de Estefânia do Nascimento, 2185 de Bernardo Monteiro Guedes, 2385 de José Pedro Miranda, 2395 de Abdias Ferreira Coutinho, 2332 de José Nunes de Oliveira, 2307 de Cecilia Bezerra de Andrade, 2338 de Manoel Tertuliano Correa, 2247 de Arivaldo e Italo Petru-

cci. — DEFERIDO — Pagando o que de direito.

N.º 2393 de Josefa Emidio do Nascimento. — QUITE-SE — Primeiramente com os cofres municipais.

N.º 2353 de Antonio Mauricio da Nobrega. SATISFAÇA — Primeiramente ás exigências da d.t.c.

DIÁRIO DA JUSTIÇA

TRIBUNAL DE APELAÇÃO

TRIBUNAL PLENO

25ª — Sessão ordinária, em 24 de abril de 1946.

Presidência do exmo. des. Braz Baraculuv.

Secretário: Dr. Euripedes Tavares.

Compareceram os exmos. Desembargadores:

José Floscolo, Severino Montenegro, Agripino Barros, José de Farias, Paulo Bezerril e com a assistência do dr. Severino Guimarães, procurador geral substituto.

Lida, foi aprovada a ata da reunião anterior.

Pelo exmo. des. Presidente, foi dito que se contratava em nome uma Representação feita nos autos da ação de nulidade de ato administrativo, em que são partes, como autora a Sociedade de Assistência aos Lazeros e defeza contra a lepra e réu o Estado da Paraíba, remetida ao Tribunal pelo Dr. Juiz de Direito da 2ª vara da comarca da Capital.

Como se tratasse de materia de gravidade desejava ouvir o Tribunal a respeito, antes de qualquer encaminhamento por parte da Presidência.

Discutida a materia, foi decl-

arado, contra o voto do exmo. des. Agripino Barros, que se remetesse a representação ao Dr. Procurador Geral substituto para fins de direito, votando com restrição o exmo. des. Paulo Bezerril. O exmo. des. José Floscolo era porque se comunicasse ainda o fato narrado na Repartição ao exmo. Snr. Presidente da República, por intermédio do Ministro da Justiça.

Anunciado o julgamento da ação penal nº 4, da comarca da Capital, em que são, Autora, a Justiça Pública, e réu o bel. Bolivar Correia Pedrosa, Juiz de Direito da comarca de Ingá, atualmente em disponibilidade, foi, pelo exmo. des. Presidente ordenado fossem arrolados as partes e testemunhas, o que foi cumprido pelo Porteiro do Tribunal, o qual portou por fé haverem comparecido, das testemunhas intimadas somente as de nomes Emílio Marinho de Araújo Falcão e Francisco Maximo de Oliveira e de não haver comparecido o réu achando-se presente por ele, o seu advogado dr. João Santa Cruz Oliveira. Em seguida, foi feito pelo exmo.

des. relator, minucioso relatório do processo, iniciando-se, após este, os debates. Usaram da palavra o exmo. dr. Procurador Geral substituto, que desenvolveu longo arrazoado sustentando a denuncia, porém pedindo a desclassificação do crime para o art. 168 do Código Penal e a condenação do réu nas penas de 3 anos da reclusão e multa de Cr\$ 5.000,00, além da perda da função pública, de acordo com os arts. 67, nº I e 69 do mesmo Código, e, a seguir, o advogado do acusado, dr. João Santa Cruz Oliveira, faz extensa defesa do seu constituinte, para o qual terminou requerendo a absolvição dos crimes que lhe são imputados. Encerrados os debates, declarou o exmo. des. Presidente que o Tribunal passaria a funcionar em sessão secreta, para o julgamento do processo findo o qual foi proclamado o seguinte resultado.

Julgou-se procedente a ação e, em consequencia, condenado o réu a 2 anos e 11 meses de reclusão, multa de Cr\$ 1.000,00, perda da função pública e incapacidade por 4 anos para exercer função pública. Voltaram com restrição os exmos.

Desembargadores. Relator José de Farias e Agripino Barros.

Resistencia nos autos de Revisão Criminal nº 603, de João Pessoa.

Relator Des. Agripino Barros. Requerente Manuel Jacinto Neves.

Homologou-se a desistencia requerida, pelo requerente.

Recurso de Despacho da Presidência nº 13, de João Pessoa.

Relator Des. José Floscolo. Recorrente José Marinho da Silva.

Negou-se Provimento unanimemente.

Revisão Criminal nº 599, de João Pessoa.

Relator Des. Flodoardo da Silveira. Requerente Manuel Inacio Ferreira, tambem conhecido por "Neco da Duda".

Adiado por não ter comparecido o exmo. Des. Relator, que se encontra em férias.

DISTRIBUIÇÃO INDEPENDENTE SORTEIO DO DIA 24/4/46:

TRIBUNAL PLENO

Revisão criminal nº 650, de João Pessoa.

Relator: Des. Agripino Barros. Requerente: Odilon Barbosa de Souza.

Inquérito nº 3 remetido pelo

dr. Juiz de Catolé do Rocha ao Exmo. Des. Presidente deste Tribunal.

Recurso de decisão da 3ª câmara nº 11, de João Pessoa.

Relator: Des. Paulo Bezerril. Recorrente: o be. Evandro Souto.

Reconhecido o dr. Juiz de Direito da 3ª Vara da Capital.

Pedido de assistente judiciário nº 14, de João Pessoa.

Relator: Des. José Flóscolo. Requerentes: Antonio Salviano Bezerra e simular.

MOVIMENTO DE AUTOS DO DIA 24 DE ABRIL:

DESPACHOS

Apelação criminal nº 1133, de Taboiana.

Relator Des. Agripino Barros. Apelante Maria Olimpia da Silva, vulgo "Maria Café"; apelada a Justiça Pública.

Apelação criminal nº 1135, de Esperança.

Relator Des. Paulo Bezerril. Apelante José Carlos da Costa; apelada a Justiça Pública.

Apelação civil nº 1.072, de Planco.

Relator Des. Paulo Bezerril. Apelante Marçal Bernardino dos Santos; apelado o Juízo.

Revisão criminal nº 649, de João Pessoa.

Relator Des. José Flóscolo. Requerente Cacildo Guedes de Medeiros Correia.

Ofício nº 6, da Interventoria Federal, remetendo cópia de telegrama sobre a atuação do dr. Juiz de Direito da comarca de Catolé do Rocha. Relator Des. José Flóscolo.

Foram os respectivos autos em vista ao dr. Procurador Geral substituto.

PARECER

Apelação criminal nº 1113, de Alagôa Nova.

Relator Des. Flodoardo da Silveira. Apelante Antonio Galvão de Souza; apelada a Justiça Pública.

O Proc. Geral substituto devolveu os autos com o parecer. **ASSINATURA E PUBLICAÇÃO DE ACORDÃO**

Revisão criminal nº 615, de João Pessoa. Relator Des. José Flóscolo. Requerentes João Pereira da Silva, vulgo "João do Saco" e José Luiz da Silva, vulgo "Zeca".

Foi assinado em mesa e publicado na Secretaria, o acordo.

DESPACHOS DA PRESIDÊNCIA DO DIA 24 DE ABRIL: Apelação Cível da comarca de João Pessoa.

Apelantes Pedro Leão Santa Rosa e sua mulher; apelada d. Isabel Veloso da Silva.

"Julgo deserto o recurso em face da certidão de fls. de acordo com a qual se verifica que os interessados não prepararam o processo".

Petição do academico Onildo Cavalcanti de Farias, pedindo desentranhamento de documentos.

"Nos autos, como requer ficando recido autos".

EDITAL Nº 74

Faço ciente aos interessados que o exmo. des. Presidente designou o dia 1º de Maio próximo para o julgamento pelo Tribunal Pleno dos seguintes recursos, que ficam incluídos na pauta daquele dia:

Revisão Criminal nº 599, de João Pessoa.

Relator Des. Flodoardo da Silveira. Requerente Manuel Inacio Ferreira, também conhecido por "Neco Duda".

Revisão Criminal nº 633, de João Pessoa.

Relator Des. José de Farias. Requerente Antonio Guedes da Silva.

Revisão Criminal nº 634, de João Pessoa.

Relator Des. Agripino Barros. Requerente Antonio Clemente de Melo.

E para que chegue ao conhecimento de todos, faço publicar o presente edital. Secretaria do Tribunal de Apelação, em João Pessoa 24 de abril de 1946

EURIPEDES TAVARES — Secretário.

(*) ENTRADA E REGISTRO DE PROCESSOS

Deu entrada na portaria do Tribunal de Apelação, e foi registrado em protocolo, em 22 de Abril de 1946, o seguinte recurso.

Apelação Cível da Comarca de Souza.

1º Apelante: Antonio Moreira de Queiroga, inventariante de D. Alexandrina Moreira de Queiroga.

2ºs. Apelantes: Otavio Moreira Guedes, e outros.

Apelados: Os mesmos.

(*) Reproduzido por ter saído com incorreções.

Xavier da Cunha, Julio Rique Filho e Renato Teixeira Bastos e o Procurador Regional interino, dr. Severino Pessoa Guimarães.

Foram tomadas as seguintes resoluções:

a — Consulta, n. 1.333 — Consultante: Juiz Eleitoral da 1ª zona — Relator: Juiz Julio Rique Filho — O Tribunal resolveu submeter a consulta ao Tribunal Superior, contra o voto do juiz Climaco Xavier da Cunha.

b — Cancelamento de inscrição eleitoral, ns. 1.334, 1.338, 1.342 e 1350 — Procedencia: Juizo Eleitoral da 38ª zona — Relator: Juiz Renato Teixeira Bastos — O Tribunal mandou processar as exclusões unanimemente.

c — Cancelamento de inscrição eleitoral, ns. 1.336, 1.340 e 1.344 — Procedencia: Juizo Eleitoral da 38ª zona — Relator: Juiz Climaco Xavier da Cunha

— O Tribunal mandou processar as exclusões, unanimemente.

d — Cancelamento de inscrição eleitoral, ns. 1.349, 1.353 e 1.357 — Procedencia: Juizo Eleitoral da 38ª zona — Relator: Juiz Julio Rique Filho — O Tribunal mandou processar as exclusões, unanimemente.

Julgamentos designados para a sessão do dia 26.4.1946:

Juiz Renato Teixeira Bastos — "Cancelamento de inscrição eleitoral ns. 1.346 e 1.354, procedentes do juizo da 38ª zona.

Juiz José de Farias — "Cancelamento de inscrição eleitoral, ns. 1.335, 1.339, 1.343 e 1.355, procedentes do juizo da 38ª zona.

Juiz Climaco Xavier da Cunha — "Cancelamento de inscrição eleitoral, ns. 1.348, 1.352 e 1.356, procedentes do juizo da 38ª zona.

NOTAS DO FORO

PROCLAMAS DE CASAMENTO

Cartório do Registro Civil no Palácio da Justiça:

No cartório do escrivão Sebastião Bastos, desta Capital, correm proclamas dos contrantes seguintes:

Mário de Sousa Correia, sargento do Exército e Josefa Rodrigues de Araujo, funcionária publica estadual, maiores, naturais deste Estado, domiciliados e residentes nesta Capital, às ruas Benjamin Constant, 66 e Aderbal Piragibe, 51.

Severino José de Macedo, vendedor ambulante e Argentina Tranquilina de Sales, maiores, solteiros, naturais deste Estado, domiciliados e residentes nesta Capital, à av. Epitácio Pessoa, 621.

Com proclamas já publicados:

Manuel Machado Marinho e Maria Félix da Silva, Peiro Geraldo das Chagas e Euridice Maria das Neves, José Bento de Araujo e Joselita Ferreira de Lima, Ivan Fernandes Pessoa e Iracema Martins de Oliveira.

Torrei publico para conhecimento de todos os interessados na ação de prestação de contas movida por Joacyl Azevedo de Carvalho contra José Acilino de Carvalho, o despacho do dr. Juiz de Direito da 2ª Vara, proferido nos referidos autos, que designou o dia

15 de maio próximo vindouro, às 14 horas, na sala das audiências, para ter lugar a produção de provas da referida ação. Assim nos termos do § 1.º do art. 168 do C.P.C. dou como intimados do referido despacho o autor na pessoa do seu advogado dr. João Santa Cruz Oliveira, e o réu na pessoa do seu advogado dr. Renato Teixeira Bastos.

João Pessoa, 23 de Abril de 1946.

O Escrevente autorizado: — Milton Peixoto de Vasconcelos.

CARTORIO DO BEL. JOAO MONTEIRO DA FRANCA

Escrivão de Orfãos e da Fazenda Estadual.

Movimento de autos do dia 24:

Ao dr. Juiz de Direito da 1ª Vara:

Edital de citação com o prazo de 30 dias da Ação de Nullidade de Testamento de José Holmes; Mandado de intimação da Justificação requerida por Virgilio dos Santos Lima; Inventário de Francisco Mario Cavalcanti de Albuquerque.

Ao dr. João Santos Coelho: Inventário de José Holmes.

Ao dr. Hildebrando Espinola: Ação de Depósito da Prefeitura de João Pessoa.

João Pessoa, 24 de Abril de 1946.

O Escrevente autorizado: — Damasio Franca.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

49ª Sessão ordinária, realizada em 24 de abril de 1946:

PRESIDENTE: Des. Flodoardo Lima da Silveira.

SECRETARIO: José Batista de Melo.

PRESENTES: Juizes des. José de Farias, drs. Climaco

EDITAIS E AVISOS

MINISTÉRIO DO TRABALHO — JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO — EDITAL DE PRIMEIRA PRAÇA — Com prazo de 20 dias, para venda e arrematação de bem penhorado na execução movida por Vicente Rodrigues de Carvalho contra Artefatos de Ferro Santo Antonio, domiciliado na Rua Desembargador Trindade 167, na forma abaixo:

O Doutor Clovis Lima, Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa:

Faz saber a todos quantos o presente Edital virem, ou dele tiverem conhecimento, que, no dia 14 de maio de 1946, às 13 horas, na sede desta Junta, na rua das Trincheiras n.º 42, será levado a público pregão de venda e arrematação a quem mais der, acima da avaliação, o bem penhorado na execução movida por Vicente Rodrigues de Carvalho contra Artefatos de Ferro Santo Antonio, encontrado na rua Desembargador Trindade 167 que é o seguinte: Um motor HP-1, número 3383 em perfeito estado. A avaliação importa em Cr\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros). Quem pretender arrematar dito bem, deverá comparecer no dia, hora e local supra mencionados, ficando ciente de que o arrematante deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% (vinte por cento) do seu valor. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente Edital, que será publicado pela imprensa e afixado, no lugar de costume, na sede desta Junta.

João Pessoa, 23 de abril de 1946. Eu, Renano Logresio F. da Silva datilógrafo classe "E", datilografei. E eu, Lenira B. Cavalcanti — Secretário, subscrevi.

SECRETARIA DAS FINANÇAS — PROCURADORIA DO DOMÍNIO DO ESTADO — EDITAL Nº 1 — Primeira concorrência Pública para venda de cinco (5) toneladas de papel, aproximadamente, sem nenhum valor como documento ao serviço público, existentes no Arquivo Público, com o prazo de quinze (15) dias.

1 — De ordem do sr. Procurador do Domínio do Estado e de acordo com as disposições legais vigentes e nos termos do processado nº 5435/46, faço público, para o conhecimento de quem interessar — possa, que esta Procuradoria recebe, até

17 e 30 horas do dia nove (9) de maio do corrente ano, propostas para compra de cinco (5) toneladas, aproximadamente, de papel, sem nenhum valor como documento ao serviço público, existentes no ARQUIVO PÚBLICO, na base mínima de quinze centavos Cr\$ 0,15) o quilo.

2 — Os interessados poderão examinar o referido papel na repartição citada.

3 — As propostas deverão ser feitas por escrito, em duas vias, selando-se devidamente a primeira, e com nome, naturalidade, profissão e residência do concorrente, e apresentadas dentro de envelopes fechados e lacrados, com a nota de "RESERVADA", e o nº do edital, a fim de que as mesmas sejam julgadas pelo Tribunal da Fazenda.

João Pessoa, 24 de abril de 1946 — JOÃO TEODOSIO DE SOUZA — Fiscal:

EDITAL — Aham-se para ser protestados por falta de pagamento neste Cartório, no edifício da Associação Comercial, os seguintes títulos: uma nota promissória, do valor de Cr\$ 50.000,00, emitida por JOÃO IRINEU DE FRANÇA em favor do Banco do Povo S. A., avalizada por CLAUDIO CANTALICE VIANA e vencida em 5 do corrente; idem, vencida em 9 deste, do valor de Cr\$ 10.000,00, emitida por BRAZILIANO LOPES LOUREIRO em favor do mencionado Banco e avalizada por RAIMUNDO DE PAULA E SILVA e DJALMA LEITE FERREIRA; idem, vendida em 18 do fluente, do valor de Cr\$ 1.000,00, emitida por CAETANO JULIO em favor do sobredito Banco e avalizada por JOÃO CALDAS. E como os emitentes não foram encontrados intimo-os por este meio, de acordo com a lei, a virem pagar as ditas promissórias ou me dar as razões da recusa, ficando, na falta do pagamento notificados do protesto solicitado pelo mesmo Banco do Povo S.A. João Pessoa, 24 de abril de 1946. O Oficial do Protesto de Letras, Heraldo Monteiro.

EDITAL — O Dr. Pedro Damiano Peregrino de Albuquerque Juiz Eleitoral da 9ª zona (Comarca de Alagoa Grande) do Estado da Paraíba. FAZ saber a todos os interessados, por meio deste edital publicado pelo prazo de trinta (30) dias, que o ar-

tigo 27 e respectivo parágrafo único das "Instruções expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral, para o alistamento reaberto pelo decreto-lei n.º 8.556, de 7 de janeiro do corrente ano e para a substituição dos títulos eleitorais, na forma do mesmo decreto-lei e do decreto-lei n.º 8.835, de 24 de janeiro de 1946 dispõe o seguinte: — "Os títulos eleitorais expedidos para as eleições de dezembro de 1945, serão substituídos por títulos definitivos, modelo anexo, sob n.º 1, devendo o eleitor requerer a substituição nos termos do artigo 3.º destas Instruções. Parágrafo único — Os eleitores alistados até 2 de setembro de 1945, que não requererem e obtiverem a substituição de seus títulos pelos novos não poderão votar em quaisquer outras eleições determina o artigo 28 das referidas "Instruções", faz transcrever neste edital o dispositivo do artigo 3.º e seus parágrafos, das mesmas "Instruções", que é do teor seguinte: "Artigo 3.º — Instruirá o alistamento o seu requerimento, cuja letra e assinatura deverão ser reconhecidas por tabelião, com prova de nacionalidade e de idade; b) prova de identidade; c) duas fotografias do alistando, de 2x3 centímetros, uma para ser oposta ao título eleitoral, e a outra destinada ao arquivo. § 1.º — O reconhecimento por tabelião da letra e firma do alistando será gratuito e preferido a qualquer outro serviço, não podendo o tabelião recusar-se a fazê-lo, si abonados por duas testemunhas idôneas que as reconheçam, por escrito, ao pé do mesmo requerimento (Decreto-Lei n.º 8.556, de 7-1-1946, artigo 5.º). § 2.º — A critério do Juiz Eleitoral, o testemunho de duas pessoas idôneas pode suprir o reconhecimento por tabelião da letra e firma do requerente (art. 5.º, parágrafo único). § 3.º — A prova de idade e de nacionalidade será feita com: a) certidão de nascimento ou de casamento extraída do registro civil ou certidão de nascimento ou de casamento, extraída do registro civil ou certidão de batismo, quando se tratar de pessoas nascidas anteriormente a 1.º de janeiro de 1889, ou, quando a idade, qualquer documento que, direta ou indiretamente, prove ter o requerente mais de 18 anos; b) carteira militar de identidade; c) carteira de identidade expedida por gabinete oficial ou serviço competente de identificação no Distrito Federal, ou or-

gãos congêneres nos Estados e nos Territórios; d) certificado de reservista de qualquer categoria do Exército, da Armada ou da Aeronáutica; e) carteira profissional expedida pelo serviço do Ministério, Indústria e Comércio; f) título eleitoral, expedido na conformidade do Decreto n.º 21.076 de 24 de fevereiro de 1932, da Lei n.º 48, de 4 de maio de 1935 (Código Eleitoral). § 4.º — Si o requerente for brasileiro naturalizado ou si houver nascido no estrangeiro, tendo o registro do seu nascimento sido lançado no Consulado do Brasil no Exterior, — apresentará prova da sua naturalização, título declaratório da cidadania, ou certidão do registro de nascimento feito por consul brasileiro, e ainda neste último caso a prova de ter sido observada a exigência da transcrição de tais assentos no País de 1939, alterado pelo Decreto n.º 13.556 de 30 de setembro de 1943). § 5.º — São vedadas justificações para suprir qualquer documento referido neste artigo e seus parágrafos. § 6.º — A prova de identidade será feita com a respectiva carteira expedida por gabinete oficial ou, em sua falta, com o atestado de duas pessoas idôneas, a critério do Juiz Eleitoral perante o qual for requerido o alistamento (citado decreto-lei n.º 8.556, de 7-1-1946, art. 3.º, § 2.º). § 7.º — Quando o requerente for funcionário público, a prova de nacionalidade e de idade poderá fazer-se mediante atestado do diretor da repartição em que servir".

E para os efeitos de direito, em obediência ao que dispõe o citado artigo 28 das mencionadas "Instruções", manda publicar este edital, pelo prazo de trinta dias, no órgão oficial deste Estado (a "A União"), porque não existe imprensa nesta Comarca afixando-se cópia do mesmo à porta do Cartório Eleitoral, nesta cidade. Dado e passado nesta cidade de Alagoa Grande, em 18 de março de 1946. Eu, Djalma Lins Caiecho, Escrivão do Cartório Eleitoral desta 9ª zona eleitoral do Estado da Paraíba, o datilografei e subscrevi. Pedro Damiano Peregrino de Albuquerque — Juiz Eleitoral.

TRIBUNAL DE APELAÇÃO — EDITAL Nº 1 — CONCURSO PARA O CARGO DE JUIZ DE DIREITO — De ordem do exmo. des. Presidente do Tribunal de Apelação do Estado e de acordo com o atual

regulamento de concurso para o cargo de Juiz de Direito, fago publico, para conhecimento dos interessados que, pelo prazo de trinta dias, a contar da primeira publicação deste aha-se aberta na Secretaria deste Tribunal, a inscrição dos candidatos ao concurso para preenchimento do cargo de Juiz de Direito da Comarca de Teixeira, atualmente vaga.

O pedido de inscrição deverá ser encaminhado à Presidência do Tribunal instruído com as provas abaixo enumeradas:

- a) de ser brasileiro nato;
- b) de não ter menos de 25 nem mais de 50 anos de idade, salvo a hipótese do art 27 único da lei de Organização Judiciária;
- c) de ser doutor ou bacharel em direito por Faculdade oficial do País ou reconhecida;
- d) de estar quite com as obrigações estatuidas em lei para com a segurança nacional;
- e) de saúde, por atestação de médicos de Saúde Publica do Estado;

f) folha corrida dos lugares onde residiu nos dois ultimos anos, ou prova de exercicio efetivo de função publica;

g) De idoneidade moral e capacidade intelectual, por quaisquer documentos, titulos ou trabalhos.

Deverá juntar ainda oito exemplares impressos ou datilografados, de uma dissertação juridica, escrita pelo candidato especialmente para o concurso.

A prova pratica, para a qual haverá o prazo de cinco horas, será eliminatória, sendo considerados desclassificados os candidatos que obtiverem média inferior a cinco.

No requerimento, indicará o candidato todos os lugares em que houver exercido judicatura, advocacia e quaisquer funções publicas.

Secretaria do Tribunal de Apelação, em João Pessoa, 3 de abril de 1946.

O Secretário — Euripedes Tavares.

BANCO DO BRASIL S. A.

CARTEIRA DE CREDITO AGRICOLA E INDUSTRIAL

Empréstimos em Letras Hipotecárias

PROPOSANTE: — João Pereira de Lima.

CREDOR: — Cooperativa de Crédito Agrícola de João Pessoa.

O BANCO DO BRASIL S.A., Agência desta praça, convida a COOPERATIVA DE CREDITO AGRICOLA DE JOÃO PESSOA a proceder o levantamento do depósito de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) efetuado pelo proponente a empréstimo em letras hipotecárias, sr. JOÃO PEREIRA DE LIMA, em face da decisão proferida pela CAMARA DE REAJUSTAMENTO ECONOMICO em 20/9/1945, publicada no "Diário Oficial" de 27/9/1945, ou dizer porque não o faz, dentro do prazo de dez (10) dias, a partir desta data.

Em caso contrário, será o processo respectivamente encerrado e encaminhado à CAMARA DE REAJUSTAMENTO ECONOMICO.

João Pessoa, Pb. 24 de Abril de 1946.

BANCO DO BRASIL em João Pessoa.

Severino de Aquino — Contador.

Waldemar de Alencar Carvalho Luna — Gerente.

REPARTIÇÕES FEDERAIS

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMERCIO

Justiça do Trabalho

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

Reclamação nº JCJ-146/46 procedente do município da Capital.

Reclamante — Paulino Gomes.

Reclamada — Cunha & Dias.

Objeto — Despedida injusta e aviso prévio.

EMENTA: — Agressão física. O empregado que entra em luta corporal com seu companheiro de trabalho nas horas de serviço, pratica falta grave bastante para autorizar a sua demissão.

Solução — Improcedente unanimemente. Custas pelo reclamante no valor — Cr\$ 66,70.

Reclamação JCJ-147/46 procedente do município de Santa Rita.

Reclamante — Celestina Maria da Conceição.

Reclamada — Cia. Tecidos Paraíba.

Objeto — Aviso prévio e dif. de salário.

Solução — Conciliada em Cr\$ 300,00. Custas pela reclamada no valor de Cr\$ 28,40.

Hoje serão julgadas as seguintes reclamações.

14 horas:

Reclamante — Augusto de Brito Rangel.

Reclamado — Antonio Batista de Araújo Filho.

14,15 horas:

Reclamante — Severino Daniel da Silva.

Reclamada — Cia. Usinas S. João e Santa Helena S.A.

Fica convidado a comparecer a esta Junta, afim de tratar de assunto de seu interesse, o reclamante Esmeraldo de Oliveira.

João Pessoa, 24 de abril de 1946.

A. B. CAVALCANTE — Secretário.

ANÚNCIOS DIVERSOS

AVISO A PRAÇA

Tendo-se extraviado o Original do conhecimento marítimo nº 125, emitido pela Agência do Rio de Janeiro para o vapor "Buri", v2-entrado em Cabe-

delo no dia 10 do corrente mês, referente a 31 caixas com estearina, marca A. C., embarcadas pela Imp. Exp. Guilherme Homitz e consignadas A. ORDEM, vimos com o presente

aviso dar ciência que faremos a entrega dos citados volumes, se não houver quem possa apresentar reclamação contra esse ato, à firma Andrade & Cia., estabelecida nesta Cidade, de acordo com os Decretos nºs 19.473, de 10 de Outubro de 1933 e 19.754, de 10 de Janeiro de 1931, do Governo Federal.

João Pessoa, 23 de Abril de 1946.

P. p. Sociedade Imp. e Exportadora Ltda. — Francisco Porto — Agente.

AVISO A PRAÇA

Tendo-se extraviado o Original do conhecimento marítimo nº 180, emitido pela Agência de Santos para o vapor "Maceió" v2, entrado em Cabecelo no dia 7 de Março do corrente ano, referente a 1 barrica e 5 caixas, contendo tinta em pó e pó para sapatos, respectivamente, de marca A.P.S. nº 214/19, embarcados pela Cia. Amorim de Despachos e consignados A. ORDEM, vimos com o presente aviso dar ciência que faremos a entrega dos citados volumes, se não houver quem possa apresentar reclamação contra esse ato, à firma A. P. dos Santos, estabelecida na Cidade, de acordo com os Decretos nºs 19.473, de 10 de Outubro de 1933 e 19.754 de 10 de Janeiro de 1931, do Governo Federal.

João Pessoa, 21 de Abril de 1946

P. p. Sociedade Importadora e Exp. Ltda. Agente — FRANCISCO PORTO.

AVISO A PRAÇA

Tendo-se extraviado o original do conhecimento marítimo nº 107, emitido pela Agência de Santos para o vapor Maceió v2, entrado em Cabecelo no dia 7 de março do corrente ano, referente a 5 (cinco) caixas de óleo de linhaça, de marca JS 196-200, embarcadas pela Cia. Amorim de Despachos e consignadas A. ORDEM, vimos com presente aviso dar ciência que faremos a entrega dos citados volumes, se não houver quem possa apresentar reclamação contra esse ato, à firma José de Santana, estabelecida nesta cidade de acordo com os Decretos nºs 19-473 de 10 de outubro de 1933 e 19-754 de 10 de janeiro de 1931, do Governo Federal.

João Pessoa, 21 de Abril de 1946.

P. p. Sociedade Importadora e Exp. Ltda. Agente. — FRANCISCO PORTO.

CONSELHO PENITENCIÁRIO DO ESTADO

Sessão Ordinária

Realiza-se hoje às 14 horas no local de costume mais uma sessão ordinária do Conselho Penitenciário do Estado, para o julgamento de 18 processos de livramento condicional, graça e indulto.

O respectivo Presidente encarece o comparecimento de todos os conselheiros.

CIA. PARAIBA DE CIMENTO PORTLAND S. A. RELATÓRIO

Senhores Acionistas:

Em obediência às disposições legais e estatutárias, apresentamos à vossa apreciação o presente relatório, bem assim o balanço e demonstração da conta de Lucros & Perdas, relativas ao exercício de 1945. A nova Diretoria, que assina o presente balanço, assumiu a administração da Sociedade nos últimos dias do exercício e logo tratou de aplicar um plano de saneamento industrial e financeiro. Para isto, foi aprovada a elevação do capital de Cr\$ 3.000.000,00 para Cr\$ 15.000.000,00, de acordo com a resolução da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29 de Dezembro de 1945, data em que foi empossada a nova Diretoria. Estamos inteiramente à disposição dos Srs. Acionistas para maiores detalhes e esclarecimentos.

João Pessoa, 7 de Março de 1946.

F. MATARAZZO JUNIOR — Administrador-Presidente.
ERMELINO MATARAZZO — Administrador.

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1945

ATIVO:

IMOBILIZADO

Imóveis e Móveis	5.345.488,90	
Maquinismos	8.122.632,50	13.468.121,40

DISPONIVEL

Caixa	43.656,50	
Bancos	1.571.434,20	1.615.090,70

REALIZAVEL A CURTO PRAZO

Acionistas e Capital a Realizar	12.000.000,00	
Clientes	981.319,60	
Estóques	4.971.805,30	17.953.124,90

REALIZAVEL A LONGO PRAZO

Titulos de Terceiros	614.896,20	
Depósitos e Cauções	105.415,80	
Devedores Diversos	148.139,70	868.451,70

CONTAS DE COMPEN- SAÇÃO

Ações Caucionadas	12.500,00	
Contas Diversas	3.537.284,90	3.549.784,90
Lucros & Perdas		3.289.320,10
	Cr\$	40.743.893,70

PASSIVO:

NÃO EXIGIVEL

CAPITAL:

Realizado	3.000.000,00	
Aumento a realizar de acordo com a resolução da Assembléia Geral Extraordinária de 29 de Dezembro de 1945	12.000.000,00	15.000.000,00

EXIGIVEL A CURTO PRAZO

Credores Diversos	407.878,30	
-------------------------	------------	--

Salários a Pagar	16.543,40	424.421,70
EXIGIVEL A LONGO PRAZO		
Bancos	5.108.193,50	
Correspondentes Diversos	16.661.493,60	21.769.687,10

CONTAS DE COMPEN- SAÇÃO

Caução da Diretoria	12.500,00	
Contas Diversas	3.537.284,90	3.549.784,90
	Cr\$	40.743.893,70

F. MATARAZZO JUNIOR — Administrador-Presidente.
ERMELINO MATARAZZO — Administrador.
PEDRO GREGORACI — Contador. — Reg. n.º 1586.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS & PERDAS" EM
31 DE DEZEMBRO DE 1945

DÉBITO:

Exploração Industrial	586.824,30
Despesas Administrativas	1.478.715,30
Juros & Descontos	1.248.757,60
Liquidações Diversas	177.423,10
	Cr\$ 3.491.720,30

CRÉDITO:

Rendas Diversas	122.008,20
Juros & Descontos	70.392,00
Prejuízo do Exercício	3.289.320,10
	Cr\$ 3.491.720,30

F. MATARAZZO JUNIOR — Administrador-Presidente.
ERMELINO MATARAZZO — Administrador.
PEDRO GREGORACI — Contador. — Reg. n.º 1586.

COMPANHIA PARAIBA DE CIMENTO PORTLAND S.A.

Gestão de 1945

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal da Cia. Paraiba de Cimento Portland S.A., declaramos ter examinado cuidadosamente todas as contas, inventários, balanço e demais documentos da contabilidade da referida Companhia, referentes ao exercício de 1945 e, tendo achado tudo em perfeita ordem e de acordo com os requisitos legais, somos de opinião que as mesmas sejam aprovadas pelos senhores acionistas.

João Pessoa, 9 de março de 1946.

DR. EUVALDO LODI.
HORÁCIO COSTA.
IVAN ROCHA.

DELEGACIA DO IMPOSTO DE RENDA

De ordem do sr. Delegado Regional, neste Estado, transcrevo, abaixo, para conhecimento dos interessados o teor do telegrama-circular numero 363, de 4 do corrente, do sr. Diretor da Divisão do Imposto de Renda:

“Comunico, atendendo per-
duração motivos que justifica-

ram anterior prorrogação re-
solví dilatar, por mais um ano,
prazo tolerância concedido
centadores, afuários, peritos-
contadores e guarda-livros
quanto exigência legal indica-
ção registro respectivos
documentos. Outrossim fi-
xei termo referida prorrogação
primeiro janeiro 1947. Ren-
dafaiz”.

Eumar da Fousêca Neiva —
Chefe da Sec. Adm.